

## **Mesa 6 - Fronteras e integración**

Título:

**A rede urbana da fronteira do café no norte do Paraná: um exemplo da urbanização nas Américas**

Autor:

**Alessandro Filla Rosaneli**

Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU – USP

Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná

# **A rede urbana da fronteira do café no norte do Paraná: um exemplo da urbanização nas Américas**

## **Resumo**

Trata-se de artigo que expõe sucintamente as peculiares características do processo de formação da densa rede urbana na fronteira agrícola cafeeira do norte do Paraná. Ocorrido entre o limiar da década de 1920 aos fins de 1960, configurou-se como o momento de mais intensa urbanização no Estado do Paraná e um dos mais vigorosos do território brasileiro. Pela maciça atuação de companhias imobiliárias, assinala a derradeira ocasião na mudança de sentido no processo fundador de cidades no Brasil, quando o aspecto laico sobrepõe-se aos costumeiros vetores de surgimento de núcleos urbanos. Ao analisar uma das vertentes de criação de cidades no Brasil, o presente trabalho objetiva apresentar a fronteira agrícola como uma possível perspectiva comum de análise de parte da experiência de urbanização latino americana.

Palavras-chave: fronteira agrícola; rede urbana; urbanização, norte do Paraná.

## **1. Introdução**

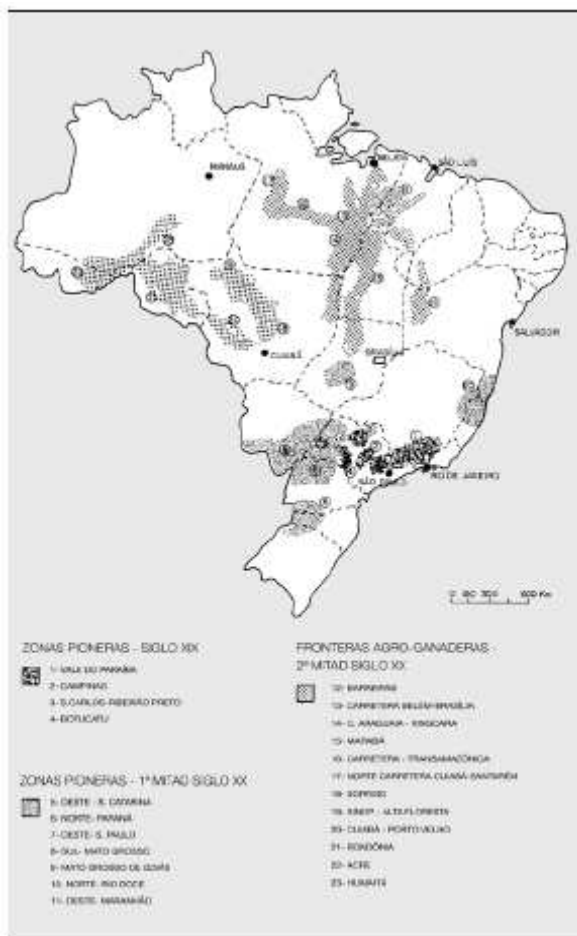
Este trabalho concretiza-se em razão de umas das discussões enveredadas em tese de doutorado <sup>1</sup>, no qual se promoveu uma leitura histórica, sob um viés inédito, do peculiar movimento da fronteira agrícola do café na região norte do Estado do Paraná. O objetivo aqui se concentra em apresentar sucintamente o fenômeno da urbanização nesta que se configurou como uma das regiões agrícolas mais dinâmicas que se abriram no Brasil, durante quase 50 anos do século XX, entre o início da década de 1920 ao final dos anos de 1960. Dessa forma, procura-se ensejar contribuições multidisciplinares entre estudiosos de ambos os fenômenos na América Latina e, assim, projetar a possibilidade de construção de um amplo quadro explicativo sobre este específico e diferenciado momento de criação de cidades no continente americano.

---

<sup>1</sup> ROSANELI, A. F. Cidades novas da fronteira do café. História e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo.

Do que se apreende pelo freqüente e dramático noticiário sobre o que ainda resta da floresta Amazônica, pode-se afirmar que a fronteira no Brasil ainda se constitui em fenômeno do presente, como indica o MAPA 01. De fato, o ataque à massa vegetativa de hoje faz recordar os acontecimentos passados, na expansão agrícola nas terras do Estado do Paraná. Perspectivas agrícolas diferentes de um mesmo processo de rearranjo territorial.

MAPA 01 – As fronteiras no Brasil. Fonte: Machado (1992), p.36.



Pois, na atualidade, essa temática desperta o interesse entre os estudiosos, mesmo que as grandes linhas de pesquisa remontem a um passado longínquo; quer seja, constitui-se em um antigo problema científico. E apesar de inúmeras partes do globo terem presenciado esse fenômeno transformador da paisagem natural, foi na metade setentrional do hemisfério, no emblemático e intenso exemplo dos Estados Unidos, por vezes explorado de modo estereotipado em narrativas artísticas, por onde se iniciou as primeiras tentativas explanatórias, na pena de Frederick Jackson Turner, com o texto “The significance of the Frontier in

American History” (1893). A partir desta original contribuição, questionada por muitos, uma seqüência de estudiosos se revezou para esquadrihar os acontecimentos daquele país, voltando suas atenções para variados aspectos não plenamente discutidos deste fenômeno: o papel das mulheres, dos escravos, dos índios e dos imigrantes; a questão ambiental; a ação do governo federal; etc. Entretanto, as pesquisas sobre a importância das cidades como pontos de apoio de toda a empreitada revelaram-se um dos mais frutíferos esforços revisores. Destacadamente, a perspectiva aberta pela obra original de Richard C. Wade, “The Urban Frontier” (1959), trouxe elementos significativos para esta vertente explanatória.

É sabido que na América Latina, a expansão agropastoril inaugurou inúmeras frentes: no Paraguai, na Argentina, no Brasil, para se restringir ao sul do continente. Entretanto, poucos têm sido os estudos que ultrapassam as linhas tradicionais de investigação deste fenômeno, dos quais se excetua o trabalho de Reboratti (1990). Por certo, poder-se-ia afirmar que as áreas de fronteira na América Latina ainda aguardam por estudos mais amplos, diversificados e potencialmente unificadores.

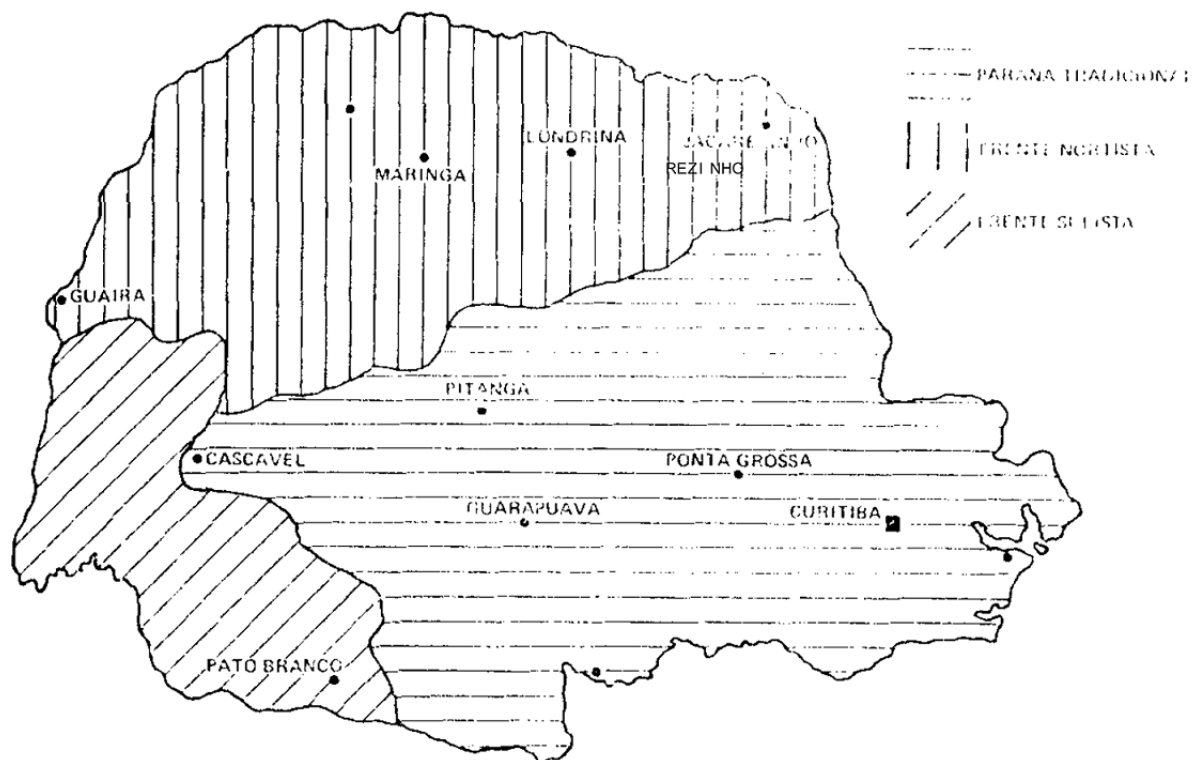
Dentre os vários territórios abertos pelo movimento da fronteira no Brasil, a questão aqui exposta dedica-se a um particular conjunto urbano, aquele criado pela ação das companhias imobiliárias no norte do Paraná. Tal aspecto se apresenta único em intensidade e extensão no cenário nacional e, quiçá, na América Latina. Portanto, para além do objetivo de esquadrihar certas cenas ocorridas no interior brasileiro, objetiva-se construir um possível motivo comum para o entendimento da urbanização latino americana.

Por fim, deve ser ressaltado que a compreensão da extensão do território “norte do Paraná” é um debate ainda não resolvido. Sua delimitação esconde procedimentos metodológicos de diferentes matizes e variados objetivos. Para o presente trabalho, entretanto, será adotado o modelo explicativo do “choque das ondas de povoamento”<sup>2</sup>, por se adequar mais à flexibilidade inerente ao movimento da fronteira. O MAPA 02 ilustra uma possível territorialidade que os historiadores definiram para este encontro de distintos sentidos de povoamento.

---

<sup>2</sup> Esta linha de investigação traz em seu bojo as contribuições teóricas do historiador Brasil Pinheiro Machado (1907 – 1997) e foi utilizado por vários historiadores paranaenses para explicar a ocupação do Estado do Paraná, originalmente em Westphalen, Pinheiro Machado e Balhana (1968).

MAPA 02 – Os “três Paranás” que se formaram pelas ondas de povoamento. Fonte: Wachowicz (1986), p. 271.



O artigo se desenvolve em três partes. Na primeira, descrevem-se as questões econômicas e agrárias que sustentaram o processo de povoamento: plantio de café e venda de terras como catalisadores do avanço. Em seguida, pondera-se sobre uma particularidade desta fronteira, a participação maciça da iniciativa privada, através de empresas “colonizadoras”, ou seja, traçam-se alguns comentários sobre as companhias imobiliárias e suas estratégias. Por fim, discute-se sobre o universo urbano criado, como forma de ponderar sobre uma possível vertente explicativa para este fenômeno universal.

## 2. A fronteira no norte do Paraná

No norte do Paraná, cultura cafeeira e venda de terras animaram a expansão da fronteira. O primeiro fenômeno, muito sensível às flutuações das circunstâncias estrangeiras, alimentou uma constante afluência de pioneiros à busca das possibilidades já demonstradas pelo “ouro verde” em outras paragens. O último, expressão das contradições históricas em torno do acesso à propriedade no Brasil, encontrou no Estado do Paraná as condições para que se retalhasse comercialmente o território através de empreendedores privados e da iniciativa

governamental. Um e outro se impulsionaram mutuamente e assim compreendidos, produziram a composição da última fronteira do café no Brasil.

O cultivo do café no norte do Paraná se iniciou em meados do século XIX, mas tornar-se-ia relevante somente a partir do início do século XX. De acordo com o estudo de Canzian (1977), poder-se-ia distinguir 3 “conjunturas”: 1906 – 1929, 1930 – 1945 e 1945 – 1970; todas ligadas aos grandes eventos socioeconômicos mundiais, já que o mercado do café é eminentemente internacionalizado (BACHA, 1992). De modo sucinto, o primeiro destes períodos foi marcado por forte intervenção pública federal, através de vários mecanismos de valorização e defesa dos preços, e pela presença da grande propriedade; certamente foi um momento de expansão do plantio no Estado, mas ao final do período o Paraná era responsável por somente 2,1% do café nacional. O segundo, em razão das dificuldades advindas da economia mundial, configurou-se um período recessivo em perspectiva nacional, ainda que o avanço dessa cultura no Paraná fosse impulsionado na busca por terras novas; a paisagem era marcada pela pequena propriedade e pela diversificação de culturas, mas o cultivo do café levaria o Estado do Paraná a ser responsável por 6,3% da produção nacional, no biênio 1944/1945.

Nestas primeiras décadas do século XX, o governo estadual decidira convocar a iniciativa privada para participar do processo de colonização. Para ambas as partes, os negócios constituíam-se de grande oportunidade: para o Estado, sem experiência consolidada e sem recursos, tornava-se uma forma de povoar “sem gastos e com lucros”; para os empreendedores, uma forma oficializada de obter terras, para especular e extrair recursos naturais. Ressalta-se, contudo, que tal união de objetivos não ficaria imune às negociações de caráter duvidoso (BALHANA, PINHEIRO MACHADO E WESTPHALEN, 1968), ímpeto que impingiria as medidas saneadoras por parte do governo federal de Getúlio Vargas.

A “terceira conjuntura”, entretanto, seria o momento mais dinâmico, ainda que a produção paranaense só suplantasse definitivamente a paulista, estado vizinho e então maior produtor nacional, no final da década de 1950: conforme Padis (1981, p. 136), a produção paranaense atingiria o pico de 62,8% da produção brasileira no biênio 1962/1963, caindo para 46,7% no biênio 1967/1968. A relevância do café para a economia nacional ainda era tamanha que entre 1950/1954, a participação do café no valor total das exportações chegou a 65,5%. De acordo com

a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, em 1960, o Paraná foi responsável por quase um terço da produção mundial. (SEAP *apud* CANCIAN, 1977, p. 334).

Veementemente impulsionado por esse dinamismo sem controle, o plantio do café espalhou-se por uma vasta região, avançando sobre áreas pedológica e climaticamente tidas como inadequadas. “A ânsia de lucros dado os preços incentivadores pouco respeitou barreiras naturais, e só não desceu mais ao sul, dado às condições acidentadas dos terrenos e maior rigorosidade climática, nas terras que se encaminham nesta direção” (CANCIAN, 1977, p. 326).

Contudo, essa fase foi marcada por peculiar perspectiva. A predominância da pequena propriedade e a acelerada urbanização sustentariam um panorama em que a policultura se intercalaria com “passageiras ilhas de monocultura atenuada”, mesmo em época de elevados preços. O café desenvolver-se-ia em concomitância com as culturas temporárias e as pastagens, mas a partir de meados da década de 1960, em decorrência dos esforços governamentais, das adversas condições climáticas e de novas situações internacionais de concorrência e de preços, estas tomariam definitivamente o espaço daquela.

Neste momento mais dinâmico, os negócios com terras ganhariam intensidade e despertariam maiores ambições. Cambiaghi (1952, p. 86 - 87) aponta o contraste entre a “moderna colonização” do norte do Paraná, que permite uma “especulação planejada”, e o “velho sistema” efetivado em São Paulo, este “com extrema simplicidade, sem planos muito precisos, sem grandes aplicações de capital”. Um aspecto particular assinalado por Monbeig (1984, p. 212; 237) auxilia a compreender um dos motivos para a consolidação desse movimento: o contínuo aumento do preço das terras. Como detalha Cancian (1977, p. 352) acerca da estrutura fundiária que se consolidava, “quanto mais as terras eram valorizadas tanto maior era o capital necessário para investimento”. O negócio de terras marcaria definitivamente e cada vez mais a nova fase da frente pioneira.

Neste universo, os agentes criavam diversas técnicas para a promoção dos empreendimentos. A propaganda em trens, nas estradas e nos meios de comunicação indicava a acirrada concorrência entre as companhias que se estabeleceu. Entrementes, o som animado dos negócios reverberaria em toda a estrutura social. Com efeito, sitiantes e citadinos aproveitam-se da ciranda valorizadora e especulam também com seus lotes e impulsionam a atividade empreendedora das companhias, que passam a organizar cada vez mais

cuidadosamente o planejamento. “O desejo do ganho rápido, que animava o plantador, acentuou-se no negociante de terras. Não viam ambos, na multidão dos pioneiros, mais que o instrumento graças ao qual devia avolumar-se o lucro pessoal” (MONBEIG, 1984, p. 147).

### **3. As companhias imobiliárias na fronteira do café norte paranaense**

Como descrito anteriormente, a terra decididamente tornara-se uma mercadoria, após um longo processo iniciado pelos termos da Lei de Terras (1850), quando existia apenas “virtualmente”, pois tinha preço, mas não tinha compradores (LOPES, 1982, p. 39). De modo intenso no Paraná, a ação de várias “empresas colonizadoras” contribuiu para que o ciclo de fracionamento e acesso à propriedade privada se efetuassem.

Os propósitos centravam-se no retalhamento em pequenas e médias propriedades, aproveitando-se das ambições gerais. Pierre Monbeig (1984) evidencia que entre as pretensões e as possibilidades dos compradores existia também um espaço que reclamava respaldo. Do acalentado interesse de ser proprietário ao fato de poder adquirir um sítio, sendo o simples pioneiro um “homem pobre”, tornava-o um tomador de empréstimos. A incerteza de sua capacidade de honrar os compromissos assumidos aumentava os riscos do negócio.

Adquirir a terra, realizar os necessários levantamentos, abrir as estradas, talvez planejar e fundar os patrimônios, e depois de tudo, vender a prazo, exigia que, num primeiro momento, para fazer frente a tantos gastos, as iniciativas tivessem capital disponível. As oscilações comuns ao mundo agrícola da cafeicultura reforçavam as dificuldades. Certamente, tanto golpes audaciosos e especulativos como os problemas com titulação ainda persistiriam por todo o período, mas o novo cenário recomendava planejamento. E Monbeig (1984) não passa desatento a esse detalhe quando discorre sobre o trabalho das “grandes empresas de loteamento”, desde São Paulo ao Paraná.

Com o avançar da frente pioneira e a favorável conjuntura da cafeicultura no Paraná, atuar na comercialização de terras tornar-se-ia, assim, atividade complexa. A própria legislação federal, em vigência a partir de 1938<sup>3</sup>, expressava

---

3 BRASIL. Decreto 3.079, de 15 de setembro de 1938. Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em



em sua redação as exigências para a segurança das transações. Mas os lucros eram recompensadores; observando o exemplo pioneiro das grandes empresas – em ambos os Estados - e reunindo capitais em outras paragens, dezenas de iniciativas sucederam-se, isoladas ou agrupadas.

A concorrência, cada vez mais intensa, impingia o uso de novas estratégias para divulgar as benesses dos empreendimentos. A propaganda tornar-se-ia fundamental. “Pela imprensa, pelo rádio, por meio de cartazes, cada um louva a qualidade de seus solos, a densidade das suas estradas, o equipamento dos patrimônios, a segurança dos títulos de propriedade, as vantagens financeiras de seu sistema de pagamentos” (MONBEIG, 1984, p. 237). Muitas empresas se constituíram visando somente o parcelamento rural; outras, compreendendo as essenciais razões que a face urbana na expansão da fronteira encerrava, agiram no sentido de completar o inseparável elemento da equação.

No norte do Paraná, os primeiros acordos com empresas colonizadoras datam do início do século XX, mas grande parte resultou-se infrutífera, dada a perspectiva especulativa dessas transações (BALHANA, PINHEIRO MACHADO e WESTPHALEN, 1968). Dos contratos cumpridos, a primeira companhia a fundar uma cidade foi Corain & Cia., cujas terras foram concedidas pelo governo estadual para a promoção do povoamento, em conformidade com a Lei Estadual 1.642/1916. Em Outubro de 1919, lavrou-se o contrato de concessão no qual César Corain e Antonio Machado César recebiam 50.000 hectares do governo estadual; em seguida, montaram a empresa “Corain & Machado”, que em 1923 transformou-se em “Corain & Cia.”, que assim fundaria a cidade de Primeiro de Maio, na margem esquerda do Rio Tibagi, dentro de seu projeto de colonização dessa gleba. Para Lysia Bernardes (1953), esse empreendimento revela o momento de abertura da frente pioneira no norte do Estado.

A partir de então, empresas de todo porte e de várias nacionalidades, atuaram no processo de expansão da fronteira do café no Paraná. Diversas foram constituídas para operar restritas ao parcelamento rural, mas muitas, ao mesmo tempo, também trabalharam na fundação de núcleos urbanos. Vários foram concebidos como pequenos e modestos “patrimônios”, mas em geral, eram apresentados com entusiasmo propagandístico, destinados a obterem “sucesso”

---

prestações. CLBR, 31 de dezembro de 1938. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100561](http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100561)>. Acesso em: jul. 2008.

certo e proeminente posição na rede de cidades em formação, tornando-se sedes de municípios. Contudo, vários não lograram êxito nesse sentido e permaneceriam como distritos.

Como resultado, estabeleceu-se um fenômeno único em intensidade no Brasil, que pode recordar alguns momentos da ocupação do Oeste norte-americano, em suas variadas frentes, como descrito por Reys (1979). Considerando somente as cidades que se transformaram em municípios, mais de 40 empresas atuaram na fronteira do café fundando cidades.

Certamente este número foi maior, pois dos 399 municípios atualmente existentes no Paraná (computados pelo censo do IBGE de 2000) e aceitando a divisão em micro e macrorregiões geográficas adotada também pelo IBGE, contavam-se 211 municípios emancipados no norte do Paraná; ou seja, quantidade que excedia a metade do total do Estado. Somando-se os distritos considerados por este órgão federal e excetuando-se os demais tipos de núcleos urbanos, nesses municípios existiriam 364 aglomerações urbanas no total. Como exemplo, dos 62 patrimônios fundados pela CTNP/CMNP, atualmente 23 são considerados distritos<sup>4</sup>. Ressalta-se que essa divisão territorial para circunscrever o norte do Paraná é de extensão limitada para o presente estudo - existem municípios cujas sedes foram projetadas por companhias, que pertencentes a outras microrregiões geográficas que não foram inclusos neste total de companhias. Por outro lado, várias companhias se concentravam exclusivamente no parcelamento rural, não computadas aqui por razões óbvias. Expõe-se, desse modo, a magnitude do fenômeno nestas terras.

#### **4. A rede urbana da fronteira norte paranaense**

Os primeiros núcleos urbanos fundados no norte do Estado do Paraná datam da metade do século XIX. Resultaram do movimento à procura de novas áreas para cultivo agro-pastoril por parte de fazendeiros e tropeiros mineiros e provinham de um costumeiro processo de fundação de patrimônios observado na história brasileira, mediante doação de uma parcela da propriedade pelo fazendeiro no qual se reservava o domínio religioso para a futura capela. Eram cercados por

---

<sup>4</sup> Água Boa, Aquidaban, Aricanduva, Barão de Lucena, Belém, Cedro, Guadiana, Heimtal, Igarite, Iguatemi, Ivaitinga, Lovat, Malu, Marabá, Maristela, Pirapó, São Lourenço, São Miguel do Cambuí, São Pedro, Sumaré, Valência, Vidigal e Warta, segundo dados fornecidos pela própria empresa, em 2000.

vastos latifúndios - razão de ser do afluxo dos migrantes; o café ainda não figurava como cultura principal.

Décadas depois, em meados da década de 1920, estimulado pela construção da estrada de ferro São Paulo – Paraná, um novo ímpeto de povoamento se registrou. A melhor conexão permitia o avanço determinado das fazendas de café e algumas cidades surgiram a partir das estações ferroviárias. Ao mesmo tempo, e cada vez mais, companhias se organizavam para parcelar glebas rurais e fundar patrimônios. De fato, como destaca Monbeig (1984, p. 204) <sup>5</sup>, uma nova e mais complexa paisagem abrir-se-ia com o avanço da frente pioneira, não mais cenário de extensas fazendas, pois “a cidade e o pequeno povoado rural assumiram uma importância desconhecida até então. Nasceram da estação ferroviária ou na estrada de rodagem. Outrora dizia-se ‘fulano abriu tal fazenda’, agora diz-se ‘fulano fundou tal cidade’”. Iniciou-se em São Paulo e adentrava-se concomitantemente no Paraná, um complexo fenômeno no qual a criação deliberada de cidades seria uma das principais garantias de êxito dos esforços, sobretudo com as boas perspectivas abertas pela cafeicultura no Estado sulino a partir de meados dos 1940.

Pode-se afirmar que às aglomerações urbanas criadas na fronteira do café cabia a essencial função de ser o “mercado de abastecimento e de exportação” (MONBEIG, 1945, p. 12). Primordialmente, esses núcleos eram o ponto de referência para o recomeço da vida e para a sucessão das atividades. Nas realizações empresariais, a prévia instalação dos hotéis e de seus escritórios indicava por onde os pioneiros deveriam inaugurar os procedimentos para seus empreendimentos pessoais e/ou familiares. Os prestadores de serviços e as casas comerciais eram indispensáveis para que as atividades do cotidiano de sítiantes e citadinos pudessem se organizar; as serrarias e os pesados maquinários constituintes fundamentais para o aproveitamento local do fruto do corte da floresta e para as primeiras economias. Eram bases de suprimento e, muitas vezes, de trocas comerciais.

Mas também eram pontos de convergência política, religiosa, educacional e cultural, pois as crianças precisavam dirigir-se para a escola, as famílias para as igrejas e todos para as ruas e praças, quando estas ainda faziam muito sentido para

---

<sup>5</sup> Pierre Monbeig é um dos raros que esquadrinha o mundo urbano na fronteira e alguns autores receberam estímulo temático para continuá-lo. Ressalta-se, contudo, que suas investigações não contemplam toda a extensão temporal da fronteira do café no Paraná. Sua última viagem a campo data de 1949 (SALGUEIRO, 2006).

a convivência pública: na inauguração da primeira lâmpada elétrica, para uma reunião vislumbrando a instalação do município ou para a celebração religiosa. Apesar da proeminência da função mercantil, tais propriedades reunidas rompiam o distanciamento dos moradores da zona rural, embrenhados em suas atividades cotidianas.

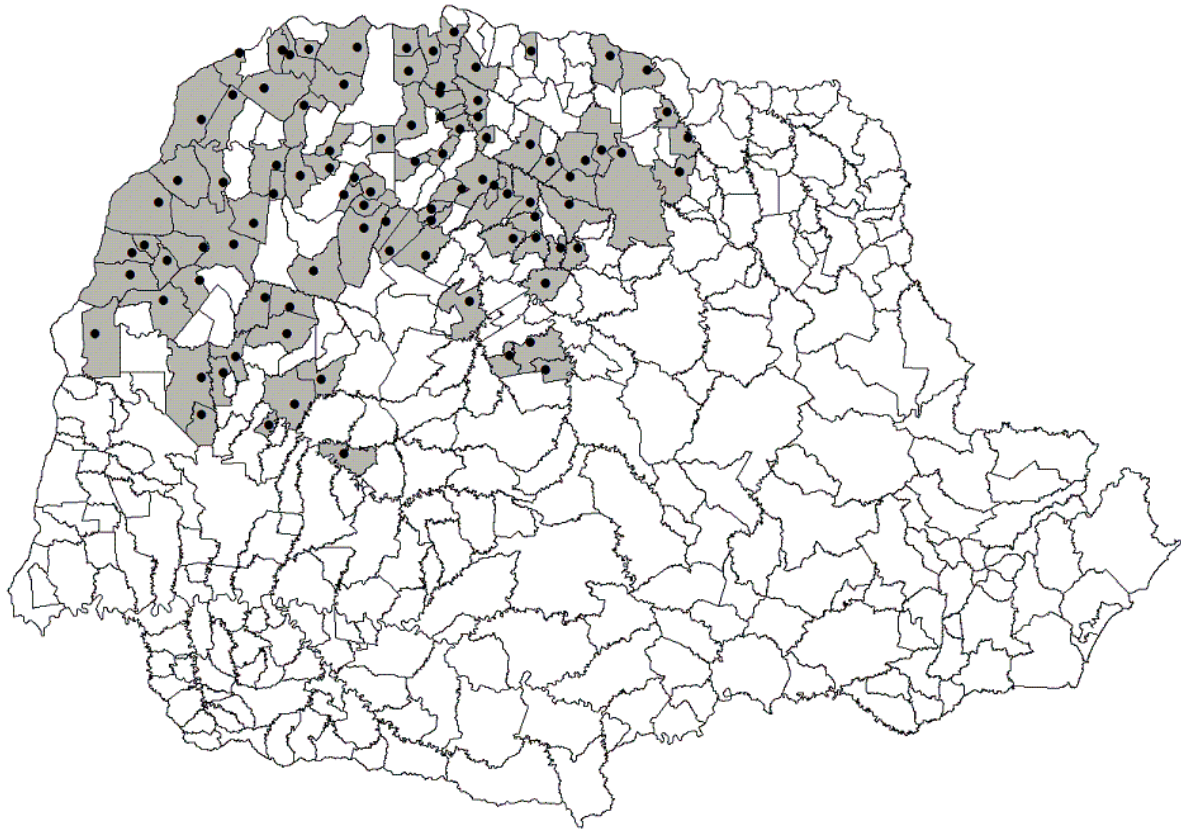
Nesse universo, algumas cidades estenderiam sua influência para além de seus limites territoriais, alargando suas funções urbanas; tornar-se-iam “capitais regionais”. Aqui, o comércio e as indústrias se especializariam ao mesmo tempo em que a prestação de serviços atingiria distinto patamar, por exemplo, com a instalação de estabelecimentos bancários e com a concentração da máquina burocrática. Monbeig (1984) pondera que não se distinguem pela diversidade das funções, mas pela escala de abrangência. Na maioria das vezes, essa crescente distinção surgia sem planejamento prévio; outras, provocada pelas próprias companhias. Mas sempre advinham de fundamental aspecto: a sua posição na rede de cidades.

Como salienta Kostof (1991, p. 38), uma cidade nunca se sustentou desacompanhada de outras - “cities come in clusters”. De fato, uma das distintas características desse movimento configura-se na interdependência entre os núcleos urbanos, desde sua gênese. Os recém-fundados apoiavam-se na estrutura intra-urbana especializada dos próximos já estabelecidos e, em alguns casos, assim permaneceriam. Com o avanço do povoamento, formava-se paulatinamente uma rede de cidades que os conectavam entre si e com o restante do país.

Na história nacional, a fronteira do café tornou-se reconhecidamente um período de intensa urbanização (MARX, 1980; REIS FILHO, 1995). Como já salientado, na porção norte do Paraná, um expressivo universo urbano se constituiu em decorrência da particular conjuntura política e econômica. Aqueles estabelecidos por empresas imobiliárias realçam esse fenômeno criador de cidades no Brasil. Restringindo-se a análise àqueles núcleos urbanos que pelo censo demográfico de 2000 estavam elevados à categoria de município e observando os limites territoriais aproximados para a região norte do Paraná, em razão das “ondas de povoamento”, 96 sedes de municípios formam o conjunto urbano analisado, como demonstra o MAPA 03.

MAPA 03 – Atuais municípios e suas respectivas sedes originados de cidades novas fundadas por companhias imobiliárias na fronteira do café no norte do Paraná.

Fonte: ROSANELI (2009), p. 78.



Durante o período analisado (1923 – 1966), uma média de 2,16 novas cidades surgia ao ano. Em geral, para todo o período, o ritmo de fundação é bastante fragmentado; destacadamente a partir de 1923 e durante as duas décadas seguintes, a criação de cidades por companhias é marcada por grande inconstância. Porém, a “terceira conjuntura do café” (1945 – 1970) refletir-se-ia na atividade imobiliária das empresas loteadoras. De fato, na primeira metade do período analisado (1923 – 1944), 13 núcleos urbanos foram instituídos, enquanto que no período seguinte (1945 – 1966), mais de 85,00% das cidades estudadas foram fundadas; neste período de 22 anos, perto de 4 cidades eram criadas a cada ano, em média. Mas seria na década de 1950 que o processo de fundação se tornaria mais intenso e concentrado, no qual praticamente a metade das cidades surgiu. O curto período de maior atividade deu-se entre os anos de 1951 a 1953, cuja intensidade imobiliária foi mais que o dobro para a mesma década e mais de 5 vezes para todo o período, com uma média de mais de 11 cidades fundadas por

ano. Isoladamente, o ano de 1953 tornou-se marcadamente um momento de grande atividade imobiliária, com 15% do total de cidades fundadas.

Por fim, um dos aspectos mais importantes deste intenso processo ocorrido no Paraná, à luz da história da urbanização brasileira, resulta da confirmação efetiva de mudança de sentido e lógica no processo de criação de cidades no Brasil. Deffontaines (1944), Azevedo (1957, p. 57 - 59), Lévi-Strauss (1996, p. 108), Bernardes (IBGE, 1964, p. 74), Marx (1980) e o próprio Pierre Monbeig enfatizam esta transformação, assinalando a existência de dois tipos de patrimônios: os religiosos e os leigos<sup>6</sup>. Nas palavras de Pierre Monbeig,

A terra que, na época colonial, era dada a um santo, por um rico proprietário. Construía-se uma capela no centro deste terreno, e os caboclos se instalavam em volta. O doador lhe concedia autorização para residir aí e construir, mediante puros módicos, que teoricamente eram pagos ao santo proprietário do terreno. Era o ponto de partida de uma aglomeração de caráter urbano. A instituição é progressivamente laicizada, mas a porção do solo consagrada a um loteamento urbano recebe sempre o nome de "patrimônio". No fim das contas, um patrimônio é uma fundação urbana. (MONBEIG, 1957, p. 118)

Ghirardello (2002, p. 125 - 157), apoiado na tese de Marx (2003), corrobora expondo essa transformação de sentido e de fato para a porção central do território do Estado de São Paulo, quando até mesmo a Igreja, através da Fábrica Paroquial, passaria a compreender o jogo capitalista. Da tradição religiosa, talvez só restasse o hábito de elevar uma cruz na clareira na espera de um futuro garantido. Mas, se tal perspectiva já tinha sido assinalada por vários estudiosos do fenômeno, o ocorrido no norte do Paraná ainda esperava por uma exploração mais adequada, reveladora desta intensidade ímpar no cenário nacional.

Diante do exposto, ressalta-se que, especificamente no cenário acadêmico paranaense, não se pode asseverar que a historiografia estadual desconsiderou a importância da criação de cidades no desenvolvimento da fronteira, como apontado para o cenário norte-americano. Contudo, o seu avanço é marcadamente ponderado pelo prisma agrícola, muito em razão da expressão socioeconômica que o setor primário representava para a economia estadual e nacional. De certa forma, às cidades foi relegado um papel secundário na História. A tendência refletida na grande maioria dos trabalhos dos historiadores e dos

---

<sup>6</sup> Magnanini (IBGE, 1964) apresenta uma detalhada descrição sobre as origens dos principais patrimônios no Planalto Ocidental observando a diferença entre os patrimônios leigos e religiosos.

geógrafos que se debruçaram em narrar a construção desse território foi menosprezar a parte urbana dessa equação. Quando muito, ocupam-se de parte da realidade urbana produzida; nenhum contempla todo o universo urbano no norte paranaense.

Uma das hipóteses que sustentam estas linhas é que se poderia deduzir que para a América Latina tal circunstância investigativa também está para ser construída. Portanto, este trabalho, explorando uma pequena porção do território brasileiro, procura lembrar a importância do fenômeno da fronteira como forma de explicar parte do processo de urbanização em países do “Novo Mundo” e, assim, instigar investigações pan-americanas.

## 5. Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, A. Embriões de cidades brasileiras. In: Boletim Paulista de Geografia: São Paulo, n 25, março 1957.
- BACHA, E. L. Política Brasileira do Café – uma avaliação centenária, In: MARCELLINO M. & E. J. Exportadores Ltda. 150 Anos de Café. São Paulo: Salamandra Consultoria Editorial S.A., 1992.
- BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B. e WESTPHALEN, C. Nota prévia ao Estudo da Ocupação de Terras no Estado do Paraná. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná. n. 7, Curitiba, 1968.
- BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. In: IBGE, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XV, no 3, julho – setembro de 1953, p. 335 – 383.
- BRASIL. Decreto 3.079, de 15 de setembro de 1938. Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. CLBR, 31 de dezembro de 1938. Rio de Janeiro.
- CAMBIAGHI, S. M. O povoamento do norte do Paraná. In: ANAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, vol. VI, tomo I, 1951-1952, p. 81-90.
- CANCIAN, N. A. Cafeicultura Paranaense: 1900 - 1970 – Estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- DEFFONTAINES, P. Como se Constituiu no Brasil a Rede de Cidades. Monografia datilografada FAUUSP do Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia n. 14-15, IBGE. Rio de Janeiro, 1944.
- GHIRARDELLO, N. À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- IBGE. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS –XII VOLUME. Rio de Janeiro, 1964.
- KOSTOF, S. The City Shaped – Urban Patterns and Meanings Through History. New York, Bulfinch Press, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 6ª reimpressão, 1996.
- LOPES, A. Y. D. P. Pioneiros do capital. A colonização do Norte Novo do Paraná. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MACHADO, L. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: IBGE, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 54 (2), abr/jun 1992, p. 27 – 55.

- MAGNANINI, R. L. C. Condições climáticas das regiões cafeeiras do Brasil. In: IBGE, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XVIII, no 3, jul./set. 1956, p. 422 – 438.
- MARX, M. Cidade Brasileira. São Paulo. Edições Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. Nosso chão: do sagrado ao profano. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: Boletim Geográfico: São Paulo, ano III n 25, 1945.
- \_\_\_\_\_. Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.
- \_\_\_\_\_. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- REBORATTI, C. Fronteras agrarias en América Latina. In: Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Año XV, No 87, Mayo de 1990. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/geo87.htm>, acessado em 13 de maio de 2007.
- REIS FILHO, N. G. Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Segunda Parte: Séculos XIX e XX. In: Caderno de Pesquisa do LAP 9. São Paulo: USP: FAU: AUH: LAP, 1995.
- REPS, J. W. Cities of the American West. A History of Frontier Urban Planning. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1979.
- ROSANELI, A. F. Cidades novas da fronteira do café. História e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- SALGUEIRO, H. A. (org.). Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- TURNER, F. J. The Frontier in American History. Foreword by Ray Allen Billington. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.
- WACHOWICZ, R. C. As frentes pioneiras. In: Idéias em debate n° 5, Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, SECE, 1986.
- WADE, R. C. The Urban Frontier. The Rise of Western Cities, 1790 – 1830. Introduction by Zane L. Miller. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2002.